

## Resenha: o perfil socioeconômico da pessoa refugiada

*Fabian Scholze Domingues<sup>1</sup>*

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR. *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil*. Subsídios para políticas públicas. Curitiba: ACNUR, 2019. V. I.

Esta resenha apresenta e discute os dados levantados na Pesquisa do Perfil Socioeconômico da Pessoa refugiada realizada pelas Cátedras Sérgio Vieira de Mello vinculadas a seis universidades e o ACNUR, tornada pública no primeiro semestre de 2019. Escolhendo 500 potenciais entrevistas num universo de cerca de 5.000 indivíduos, a pesquisa realiza um amplo levantamento do perfil socioeconômico da pessoa refugiada no Brasil em três volumes que foram, posteriormente, resumidos num documento síntese. Esta resenha se detém sobre os dados do primeiro volume e busca apresentá-los, para, então, fazer uma avaliação crítica dos dados levantados. A pesquisa foi realizada em 14 cidades de 8 estados da federação, tendo realizado 487 entrevistas (97,4% do total previsto), apresentando um amplo panorama sobre este grupo social vulnerável.

Inicialmente cumpre destacar que o perfil socioeconômico da pessoa refugiada levantado pela pesquisa destoa das visões comumente aceitas sobre os refugiados e imigrantes que chegam ao país. A grande maioria das pessoas refugiadas está em idade economicamente ativa (88%), possuem escolaridade bem acima da média brasileira, chegaram no Brasil por via aérea (em sua maioria, 83%, após 2010) e possuem elevado capital de mobilidade (isto é, conhecem os trâmites necessários para empreender grandes viagens, além de dominarem rotas e documentos necessários). Deste modo, esta caracterização da pessoa refugiada mostra pessoas com grande potencial econômico e cultural, que podem contribuir muito para o desenvolvimento econômico e social do seu país de destino, isto é, o Brasil.

Com respeito a cor ou raça, 46% se declararam negros, 40% brancos e 12% pardos. Homens compõem 67% da amostra e mulheres, 32%. Em termos de estado civil, 46% são casados ou estão em união estável e 49% são solteiros. Já na questão da crença religiosa, 93% declararam professar alguma religião, sendo que destes, 40% se declararam islâmicos, 27% evangélicos e 18% católicos.

Do ponto de vista de residência, as pessoas refugiadas em sua maioria (78%) residem em domicílios particulares, sendo que destes, 90% pagam aluguel e moram em bairros com bom

---

<sup>1</sup> Professor adjunto de Teoria Econômica do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

acesso à infraestrutura urbana, contando com serviços de coleta de lixo, água e energia elétrica, além de poderem acessar diferentes serviços públicos, em especial aos serviços de saúde.

Quanto à renda, 55% dos entrevistados possuem renda entre R\$1.000 e R\$3.000 reais, em famílias médias de 4 pessoas, sinalizando que a renda per capita média é inferior a um salário mínimo. Cerca de 67% dos entrevistados declararam que possuem capacidade de cobrir os gastos com sua residência, enquanto 22% declararam que diminuem a alimentação para fazer frente aos gastos com aluguel, fato que representa ônus excessivo de aluguel e que traz potenciais danos à saúde.

Com relação ao acesso a serviços financeiros, cerca de 80% dos entrevistados declararam que possuem conta bancária, mas que, dado a renda, possuem importantes restrições de acesso ao crédito. Este fato é particularmente notório ao responderem sobre as condições para o empreendedorismo, uma vez que a ausência de crédito é um dos principais motivos declarados como empecilho para a abertura de negócios. Uma das explicações para o elevado número declarado de contas bancárias deve-se ao fato de que cerca de 94% dos respondentes mantém contato com o seu país de origem, e destes, 90% mantém contatos regulares com os seus familiares e 58% com amigos. Do ponto de vista das remessas de dinheiro, 69% declararam que enviam recursos aos seus familiares (sendo que 50% dessas remessas são de valores abaixo de R\$500), enquanto 24% declararam que recebem recursos de familiares. Os gastos das pessoas refugiadas que recebem dinheiro do exterior é realizado basicamente com consumo (90% dos respondentes), situação esperada e conforme o nível de renda médio dos entrevistados.

Uma das considerações feita pela pesquisa ao ponderar sobre as remessas financeiras é de especial atenção, pois afirma que a qualidade de vida e os riscos decorrentes da condição do refúgio dependem não apenas das condições socioeconômicas do país de destino (no caso, o Brasil), como também das condições socioeconômicas do país de origem.

Com relação aos direitos, deveres e uso de serviços públicos, apenas 33% declararam ter um bom conhecimento de seus direitos e deveres. Cerca de 91% dos respondentes declararam acessar os serviços de saúde público, enquanto 17% declararam acesso aos programas de assistência social, notadamente Bolsa Família (83%) e Benefício de Prestação Continuada.

Do ponto de vista da integração sócio-cultural, a pesquisa ponderou que os processos de integração são fenômenos típicos da 2ª geração de migrantes, embora aspectos interessantes de integração surjam já com a primeira geração de refugiados. Com relação ao associativismo, uma das mais importantes formas de integração, 71% declararam não pertencer a nenhum tipo de associação, enquanto 28% declararam participar de algum tipo de associação. Destes, 41%

declararam participar de associações de refugiados e imigrantes, representando um baixo grau de associativismo, concentrado em algumas nacionalidades. Embora a pesquisa não aponte, é notório que os senegaleses, para ficar em apenas um exemplo, estruturam sua vida social a partir das associações municipais, presentes em todas as cidades onde esta nacionalidade pratica comércio.

Já no tópico integração com os brasileiros, 98% dos pesquisados declararam que possuem amigos brasileiros, enquanto 76% realizam atividades sociais com brasileiros e 20% possuem relacionamento afetivo com brasileiros (namoro, noivado, casamento). Com relação à integração política e cidadania, 80% expressaram o desejo de votar e 60% o desejo de serem votados. Já sobre o desejo de obterem a nacionalidade brasileira, 90% expressaram este desejo, representando um elevado percentual de pessoas que desejam permanecer de maneira definitiva no seu país de destino. Ao declararem seus conhecimentos sobre a cultura brasileira, 53% declararam que possuíam conhecimento prévio dela e 56% declararam que já viajaram pelo Brasil. Sobre o acesso à cultura, 67% adquirem informações pela TV e 69% pela internet.

Com relação à discriminação e obstáculos à integração, 73% declararam que já sofreram episódios de xenofobia e 52% que já sofreram racismo. Entre os que sofreram racismo, 89% disseram conhecer o autor do ato discriminatório e que este autor era um particular, enquanto 14% afirmaram ter sofrido discriminação por parte da polícia e 17% por parte de funcionários públicos, mostrando uma preocupante questão a ser melhor investigada.

Finalmente, com relação às perspectivas futuras, 77% dos respondentes declararam que desejariam voltar ao país caso precisassem solicitar refúgio novamente e 84% declararam que optariam pela residência definitiva no país. Já 57% dos respondentes expressaram o desejo de trazer seus familiares. Tais quantitativos mostram que, apesar dos problemas relatados, o Brasil é visto como um local desejável de destino.

Na penúltima seção, o volume I do relatório apresenta uma análise destacada dos dois principais grupos de nacionais solicitantes de refúgio, sírios e congolese, que representam juntos 55% da amostra. De uma maneira geral, os dados segmentados a essas duas nacionalidades convergem com as médias gerais. Contudo, ao analisar questões referentes a racismo, é patente que os congolese sofrem mais com esta questão (68% declararam que já sofreram atos de racismo), enquanto os sírios (por se declararem brancos) possuem poucas ocorrências deste tipo de ato. Ao analisar a ocupação, a pesquisa não encontrou diferenças significativas com relação a gênero, também não encontrou impacto da variável raça na escolaridade. Cerca de 50% dos sírios trabalham por conta própria ou são empregadores e 66% dos entrevistados não consideram o idioma como um empecilho para empreender. Cumpre destacar que uma parcela significativa dos

sírios declarou possuir habilidades gastronômicas, de modo que a produção de alimentos pode ser realizada sem o conhecimento do idioma português. Do ponto de vista da participação na vida política, o dado que mais chama a atenção é o elevado interesse das mulheres congoleesas em participar da vida política (votar e ser votado), representando 90% das respostas deste grupo (enquanto apenas 55% das mulheres sírias expressaram este desejo). Para os dois grupos selecionados, 98% declararam ter desejo de obter nacionalidade brasileira, acima, portanto, da média geral da pesquisa.

A título de considerações finais do volume I, a pesquisa ressalta que a condição atual dos refugiados é instável e de vulnerabilidade, sendo que a principal ameaça percebida é a moradia inadequada, insuficiente ou com ônus excessivo de aluguel. Deste modo, a realidade geral que se apresenta com esta pesquisa é paradoxal. Ao mesmo tempo que apresenta e reconhece as inúmeras limitações e condicionantes que os refugiados estão expostos, principalmente em relação à renda, ainda assim o Brasil é visto como um bom ponto de destino, que faz com as pessoas refugiadas pesquisadas declarem sua intenção em permanecer de forma definitiva no país, embora os principais problemas apontados na pesquisa sejam comuns à maioria dos cidadãos brasileiros, como baixa renda, ônus excessivo de aluguel, ausência de lazer, entre outras. Por fim, cumpre destacar os dados gerais apresentados no início, de que o perfil dos refugiados mostra pessoas economicamente ativas, com escolaridade elevada, capacidade de empreender e desejo de participar da vida política nacional. Essas características mostram o benefício a longo prazo do Brasil em contar com uma política de acolhida de refugiados, seja para prestar apoio humanitário e conformidade com as leis internacionais, seja para receber pessoas que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.